

# PSD defende estudo sobre a Barragem do Alvito como reserva estratégica de água

24 de Novembro, 2017

Dezassete deputados do PSD apresentaram um projeto de resolução que recomenda ao Governo a realização de um estudo especializado sobre a utilidade e viabilidade da Barragem do Alvito como reserva estratégica nacional de água, noticia a agência Lusa.

No documento a que a Lusa teve ontem acesso, os deputados social-democratas, onde se incluem os dois eleitos pelo distrito de Castelo Branco, Manuel Frexes e Álvaro Batista, pedem que seja encomendado um estudo de viabilidade para a barragem, como aproveitamento de fins múltiplos, incluindo a hipótese da sua edificação na cota máxima.

“O estudo que existe atualmente sobre a Barragem do Alvito, localizada no rio Ocreza, um afluente do Tejo no distrito de Castelo Branco, foi concretizado já na década de 1950, em pleno Estado Novo, tendo sido apenas apreciado, do que se conhece, o respetivo potencial para a produção de energia elétrica”, sustentam.

Alertam ainda para o momento difícil que o país atravessa do ponto de vista hidrológico, em que se verifica uma seca extrema na quase totalidade do território nacional.

“Encontrando-se toda a bacia hidrográfica da Barragem do Alvito situada em território nacional, ao contrário do que sucede com várias outras grandes barragens, verifica-se que este empreendimento possui na sua cota máxima uma capacidade de armazenamento equivalente a metade do Alqueva, tendo assim um potencial imenso no desenvolvimento de todo o interior centro e do país(...)”, sublinham.

Os sociais-democratas entendem ainda que pensar nesta barragem e no potencial que representa não pode ser feito com base num estudo com cerca de 70 anos e consideram essencial a realização de um estudo atual sobre o enquadramento e viabilidade desta infraestrutura.

Neste âmbito, os deputados do PSD querem avaliar o potencial da barragem do Alvito como reserva estratégica nacional de água e para rega na atividade agrícola nos distritos de Castelo Branco, Portalegre e Santarém.

Defendem ainda que a avaliação seja estendida a outras áreas como a ambiental, turística, desportiva e económica, acesso à água para combate a incêndios florestais e abastecimento urbano, nomeadamente para a área da grande Lisboa.